



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

### **ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA (27ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Sétima (27ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 22 de agosto de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, o Presidente da Câmara,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Benedito José do Couto, convidou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Posto isto, o Sr. Presidente suspendeu a sessão às 18h35, para anúncio do projeto *Escola na Câmara*, nova etapa de um programa de valorização do Poder Legislativo de Mogi Mirim, e para a entrega do livreto “*O Poder Legislativo*”, explicativo das funções do Vereador e da Edilidade Mogimiriana, cartilha voltada aos alunos do ensino médio e fundamental, das redes municipal e privada de ensino. Também neste intervalo, deu-se homenagem ao *Senhor Afonso Sambrana*, soldado remanescente da Revolução Constitucionalista de 1932, conforme o estabelecido nos Requerimentos n.ºs. 444 e 544/2013, agenda prevista para o dia 09 de julho – *Dia do Soldado Constitucionalista*, postergada que foi, por razões de saúde do homenageado, realizada na presente data. O Vereador Luís Roberto Tavares, autor do requerimento, leu o currículo do velho soldado, Sr. Afonso Sambrana, que se fez acompanhar da filha Maria Isabel Mateotti. Na singela festividade, o soldado constitucionalista foi escoltado por dois atiradores do TG 02-023 de Mogi Mirim. Cumprida tais providências, o Senhor Presidente reabriu a sessão às 19h15 e deu por efetivamente iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**". O Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Sexta (26ª) Sessão Ordinária, realizada em 19 de agosto de 2013, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 109, de 2013, de autoria da Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira, “dispondo sobre a publicidade oficial do Município de Mogi Mirim, dos poderes da administração direta (Prefeitura e Câmara) e da administração indireta (autarquias e fundações) e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 110, de 2013, de autoria do Vereador



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Waldemar Marcurio Filho, “dispondo sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais, hotéis, motéis, casas noturnas e similares de anexar aviso, em local visível, sobre os crimes praticados contra crianças e adolescentes e suas penas, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 111, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 65/2013, datada de 22/08/2013, objeto do Ofício nº 65/2013, de igual data, “dispondo sobre incorporação, ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, da área de terreno de propriedade de Whouse Serviços Administrativos Ltda. ME e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 112, de 2013, de autoria da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “dando denominação à Rua 5, do Loteamento Jardim Tainá, de Rua Antonio Salvatto”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei Complementar nº 08, de 2013, de autoria da mesa da Câmara de Mogi Mirim, “dispondo sobre a criação do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nº. 65/2013 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 111/2013 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.ºs. 555 e 573/2013, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, requerendo-lhe cópias das planilhas que comprovam a quilometragem e número de passageiros que usaram o transporte coletivo, pela Viação Santa Cruz, de setembro de 2011 a agosto de 2012” e “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que envie cópia de vários empenhos, que especifica”; n.ºs 558, 559 e 563, de 2013, do Sr. Vereador Luís



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Mesa da Câmara Municipal, para realização de audiência pública, no dia 26/09/2013, para discussão do tema “A importância do incentivo fiscal para projetos culturais”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que informe sobre a demora na entrega de medicamentos de alto custo aos portadores de Hepatite” e “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe pedido exposto na Indicação nº 300/2013 e no Requerimento nº 251/2013, para envio de projeto de lei para doação de área à Alma Mater e ao Grupo Alerta”; nºs 560, 564, 566, 567, 568 e 569, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho e outros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que responda o teor do Requerimento nº 01/2013, a respeito da doação de área de terreno para construção da sede do Ministério do Trabalho, em Mogi Mirim”, “seja oficiada a Mesa da Câmara Municipal, para realização de audiência pública, no dia 24/09/2013, às 19 horas, para discussão do tema “Princípios de Atuação Preventiva no Combate aos Entorpecentes no Ambiente Escolar”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, solicitando-lhe informações a respeito do Consórcio Intermunicipal de Saúde ‘08 de Abril’, tais como, cópia das atas”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, solicitando-lhe cópia do contrato social da empresa que fez a auditoria no Consórcio Intermunicipal de Saúde ‘08 de Abril’”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, solicitando-lhe cópia do Regimento Interno do Consórcio Intermunicipal de Saúde ‘08 de Abril’”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, solicitando-lhe informações a respeito do Consórcio Intermunicipal de Saúde ‘08 de Abril’”, tais como, rol dos medicamentos comprados”; nº 561, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiada a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista Intervias S/A, requerendo-lhe realize a poda das árvores e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pintura do solo, aumentando assim, a visualização na rotatória em frente à entrada do Jardim Maria Beatriz, trevo de acesso à SP-147”; nº 565, de 2013, do Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que informe os meios adotados pela presente administração, para inclusão de Mogi Mirim no Programa Cidade Sustentável”; nº 570 e 571, de 2013, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando Minuta de Projeto de Lei, que acrescenta dispositivos ao Artigo 5º, da Lei nº 5.355, de 04 de abril de 2013” e “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, solicitando-lhe cópia da consultoria técnica feita pela Sra. Beatriz Gardinalli, que detectou a hierarquização do sistema viário do Município”; nº 572, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, bem como a Secretária de Educação, Rosana Balbão, para que informem a respeito do número de pessoas atendidas, escolas conveniadas e existência de plano de expansão do curso de alfabetização EJA – Educação de Jovens e Adultos”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs. 702, 706, 707, 708, 709 e 710, de 2013, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “providências para instalação de bocas de lobo na Rua Garcia Novo, centro”, “providências para mais efetivo médico no Pronto Socorro da Família – PSF “Córrego Azul”, na zona rural”, “providências para operação tapa-buracos na Rua Antônio Guerreiro, na Vila Santa Eliza”, “providências para operação tapa-buracos na Rua João Baptista, na Vila Pichatelli”, “estudo para implantação de redutor de velocidade, em frente ao número 389, na Rua dos Ferroviários, no Bairro Mirante”, “estudos para implantação de redutor de velocidade em frente ao número 567, na Rua Arioaldo Silveira Franco, no Jardim 31 de Março”; nº 703,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, “a inclusão da Gerência de Juventude, de Esportes e Lazer, a Secretaria de Gestão Ambiental e a Gerência de Trânsito e Transporte no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO”; nºs 711, 716, 717, 718, 725, 727, 729 e 731, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. Cruz Palomino, sugerindo, respectivamente, “estudos para que sejam dispostos agentes de trânsito em todos os horários de entrada e saída dos alunos da FATEC e ETEC”, “estudos, para que seja prevista, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, dotação orçamentária para contratação de Guardas Municipais e abertura de novo concurso público para o cargo”, “estudos, para que seja prevista, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, dotação orçamentária para contratação de bombeiros e abertura de novo concurso público para o cargo”, “estudos, para que seja prevista, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, dotação orçamentária para criação de uma Coordenadoria de Bem Estar Animal, desvinculando os trabalhos desenvolvidos no Centro de Controle e Zoonose”, “estudos, para que seja prevista, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, dotação orçamentária para abertura de novo concurso público, para contratação de psicólogos e assistentes sociais”, “providências para sinalização de solo e placas de advertência na Rua Ariovaldo Silveira Franco, informando a proximidade de área escolar da FATEC e ETEC” e “estudos, para que seja prevista, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, dotação orçamentária para que sejam revistos os salários dos Conselheiros Tutelares de Mogi Mirim”; nºs. 712, 726 e 728, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “instalação de placas contendo os números para identificação das ruas no loteamento Domênico Bianchi”, “implantação e instalação de iluminação pública na Rua Sargento José Bendito dos Santos, em frente à EMEB Professora Ana Isabel da Costa Ferreira, no SEHAC” e “criação e implantação de linhas de ônibus no Parque Real I e II”; nºs 713 e 714, de 2013, do Sr. Vereador



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “operação tapa buracos na Rodovia Nagib Chaib, próximo ao Posto de Gasolina” e “troca de placa de identificação na Rua Vicente Pereira Lima, no Parque Real”; nº 715, de 2013, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, sugerindo, “instalação de redutor de velocidade na Rua Aquiles Albano, no Bairro Santa Cruz”; nº 719, de 2013, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, “implantação de aquecimento de água na piscina do Tucurão”; nºs. 720, 721, 722, 723 e 724, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, respectivamente, “a inclusão, no Plano Diretor, da transformação do antigo leito da FEPASA, no Distrito de Martim Francisco, em avenida”, “providências, para um posto da Guarda Municipal na região do Parque do Estado e Residencial do Bosque”, “seja designado um profissional fixo para execução de serviços de jardinagem na Praça Rui Barbosa” e “a inclusão, no Plano Diretor e na Lei de Diretrizes, da obra de continuação da avenida do antigo leito da FEPASA, em Martim Francisco, bem como toda infraestrutura necessária”; nº 730, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “implantação de salas dotadas de computadores, ligados na Internet, nas escolas da rede municipal”; nº 732, de 2013, do Vereador Luís Antônio Guarnieri, sugerindo, “o recapeamento no cruzamento da Avenida da Saúde, com Rua Tenente Maestro Euclides da Cunha”; nº 733, de 2013, da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, sugerindo, “seja notificado o proprietário de terreno, localizado na esquina das ruas Conde de Parnaíba com Chico Venâncio, para reparos das irregularidades na calçada”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 127, de 2013, do Vereador Cinoê Duzo, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de Congratulações e Aplausos para com o Tiro de Guerra 02-023 de Mogi Mirim e para com o Exército Brasileiro, pelo transcurso do Dia do Soldado, em 25 de agosto”; nº 129, de 2013, do Sr. Vereador



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Luís Roberto Tavares, propondo, “sejam consignados, em ata dos trabalhos, Votos de Protesto para com a orientação expressa no documento da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014, Eixo VII, nº 488, VII, estabelecendo que seja evitado o congelamento das matrículas dos alunos da educação especial, para que, em 2018, as parcerias com escolas especializadas, como a APAE, sejam extintas”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 877, 892, 890, 891, 895, 897, 888, 889, 893, 869, 898, s/nº, 899, 900, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 910, 911, 912, 913, 916, datados de 14, 15, 20, 21, 22, 23 de agosto de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 520/2013; Indicação nº 589/2013; Requerimento nº 477/2013; Requerimento nº 478/2013; Indicação nº 616/2013; Indicação nº 585/2013; Indicação nº 556/2013; Indicação nº 560/2013; Indicação nº 593/2013; Requerimento nº 455/2013; Indicação nº 642/2013; Indicação nº 22/2013; Indicação nº 072/2013; Indicação nº 167/2013; Requerimento nº 511/2013; Indicação nº 635/2013; Indicação nº 477/2013; Requerimento nº 385/2013; Requerimento nº 496/2013; Indicação nº 526/2013; Requerimento nº 500/2013; Requerimento nº 507/2013; Requerimento nº 231/2013; Requerimento nº 519/2013; Requerimento nº 321/2013, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº 746/2013, datado de 13 de agosto do corrente, subscrito pelo Capitão PM Marcelo Soares Cavalheiro, Comandante da 2ª Companhia PM, “respondendo o solicitado no Requerimento nº 438/2013; (arquite-se); Telegramas referências: nºs. 000336, 000337, 001312, 001313, 002187, 004988, 000410, 000114, 000113, de 2013, datados 20, 22 e 23 de agosto do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como o primeiro inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre Edil Waldemar Marcurio Filho que, de início, versou a respeito do Requerimento nº 560/2013, aprovado na presente data, o qual reiterou o Requerimento nº 01/2013, através do qual encaminhou ao Prefeito, pedido de doação de área de terreno para construção da sede do Ministério do Trabalho, em Mogi Mirim. O Vereador explicou que existiam recursos suficientes para a construção de um prédio, mas que havia necessidade da cessão de uma área, para tal edificação, pois, caso contrário, Mogi Mirim poderia correr o risco de perder a sede do Ministério do Trabalho para a vizinha cidade de Mogi Guaçu, razão pela qual o Edil almejava urgência no atendimento da solicitação. Também versou a respeito de outro requerimento, que apresentou em conjunto com a colega Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando audiência pública, para às 19 horas do dia 24 de setembro do corrente, objetivando a discussão do Projeto de Lei nº 23/2013, de sua autoria, que dispõe sobre princípios de atuação preventiva no combate aos entorpecentes, no ambiente escolar, projeto motivo de algumas controvérsias na sessão passada, apenso parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação. Também comentou requerimentos que apresentou, em conjunto com a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando do Prefeito informações a respeito do Consórcio Intermunicipal de Saúde “08 de Abril”. “A Comissão Especial para acompanhamento do Consórcio ‘08 de Abril’ apresentou, há três semanas, um requerimento, pedindo informações sobre o consórcio intermunicipal e, até agora, a comissão não recebeu resposta, portanto, nós, os membros da comissão, achamos por bem fazer requerimentos individuais, como os de hoje, solicitando o rol e número de medicamentos, dentre outras informações”, explicou o Vereador. “A comissão tem prazo de noventa dias para concluir seus trabalhos, mas acho que ela



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

vai se prorrogar, e até pode ser que demore anos, haja vista a seriedade com que estamos fiscalizando o Consórcio ‘08 de abril’, mas como não recebemos as informações que já desejamos, reiteramos o pedido, porque queremos detalhes do consórcio, já que, sem informações, estamos de ‘mãos atacadas’”, aclarou, finalizando sua participação, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Esta comentou o programa do Governo Municipal, intitulado “Cidadão Consciente”, uma agenda de visitas de escolares ao Gabinete do Chefe do Executivo, ideia de sua iniciativa, surgida em 2005, mas que ainda não havia sido colocada em prática. Explanou que tinha reapresentado a ideia ao Chefe do Executivo, que o Prefeito havia aprovado e que, as crianças já estavam visitando o Gabinete do Prefeito e estendendo as visitas à Câmara. “Eu vim à Câmara, dei aula para as crianças no Plenário, e as professoras gostaram da ideia e abraçaram a causa e, hoje, eu escutei as crianças, que também estão gostando e muito da ideia, e elas me pediram para falar para o Prefeito não interromper o programa, a fim de que, em todos os anos, as crianças do quinto período possam ter essa aula de cidadania e civismo”, aclarou. Disse que estava muito feliz, porque via o seu sonho, de 2005, sendo, finalmente, realizado e dando frutos. Posto isto, sobre outro assunto, disse ter se encontrado, no Tiro de Guerra 02-023, com os membros do ALERTA – Associação Ligada ao Estudo da Terra e Ambiente de Mogi Mirim, no Dia do Atirador. Explicou que o “Dia do Atirador” fora um projeto piloto, envolvendo três escolas da cidade, cujos alunos haviam passado o dia todo nas dependências do Tiro de Guerra do Exército Brasileiro. Sobre o ALERTA, explicou que há muito tempo o grupo buscava sua sede própria; que um terreno já fora cedido pela administração, mas que a doação havia sido revogada; que ela tinha se reunido com o Vice-Prefeito, Gérson Rossi, juntamente com membros do ALERTA, na manhã da presente data, para trato do assunto; que havia também o endosso do requerimento de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares e



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que, tinha a palavra do Prefeito de que o projeto para nova doação de área para o grupo chegaria à Câmara na segunda-feira próxima. “Deixo, então, um pedido, se remetido o projeto de lei e diante da concordância dos nobres Pares, para que seja realizada uma sessão extraordinária, na segunda-feira, para leitura, encaminhamento e votação do projeto de lei, porque os componentes do ALERTA estão com pressa em ter a sede própria, já que estão perdendo crianças, sem a estrutura de um local adequado”, explanou a Edil. Prosseguindo, a Vereadora passou a abordar o tema do Educandário Nossa Senhora do Carmo, lembrando-se de palavras proferidas na homilia de um Batizado, no qual comparecera, no final de semana, citando Jesus, que havia dito: “deixai vir a mim as criancinhas, porque a elas pertence o Reino dos Céus”. Explicou que tais palavras queriam dizer, que somente as pessoas sem maldade no coração, poderiam almejar alcançar o Reino e que isto, levaria a meditar sobre a atual situação do Educandário. “Infelizmente, em Mogi Mirim, estamos com um problema sério, porque a nossa Igreja Católica, na figura do Senhor Bispo Diocesano, não quer mais o Educandário lá e não sei o porquê, mas sei que foi dito que o Educandário é uma entidade como outra qualquer”, disse a Vereadora Márcia Róttoli, para concluir, diante do término de seu tempo na tribuna. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires que, desde logo, sugeriu uma reunião dos Vereadores da base aliada com o Prefeito Municipal, para uma proposta de redução de salários dos Secretários Municipais e dos Gerentes. “Quando eu votei o organograma de salários aqui, percebi que havia pessoas competentes para provimento dos cargos, mas com o passar do tempo, ‘caímos na real’ e observamos que existem coisas que estão deixando a desejar”, colocou. Disse que não estava arrependido de ter votado favoravelmente ao organograma que instituiu os altos salários, mas que percorria a cidade com seu Gabinete Móvel e, desta forma, observava que existiam muitas coisas para fazer na cidade, insinuando, inclusive, que alguns Vereadores estariam sendo privilegiados no atendimento, por parte das Secretarias



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Municipais e seus Secretários, algo, que a seu ver, não era justo. “Temos que conversar com o Prefeito, acertar, sermos transparentes, porque não é justo bater na porta e não ser atendido e ousar dizer, que a oposição está sendo mais bem atendida do que a base aliada”, frisou. O Vereador prosseguiu, ratificando que de nada se arrependia e justificando as votações do primeiro semestre, tais como o já citado organograma, as negociações salariais e a autorização para negociação dos precatórios das férias do funcionalismo, reafirmando que, em nenhuma das ocasiões, havia votado contra o funcionalismo público municipal. Relatou que os munícipes questionavam e muito o valor do salário do secretariado municipal, que acreditavam elevado, e que, era o tempo de cobrar do Prefeito uma redução do salário de seus assessores de primeiro e segundo escalão, os Secretários e Gerentes Municipais. “Andando com o Gabinete Móvel, notei que existem coisas que podem ser feitas, sem custo, por isso acredito que os Vereadores não estão sendo atendidos, em cem por cento de suas solicitações, e tem Secretário que parece está se escondendo da gente, quando tem que ser transparente e jogar limpo”, destacou o Vereador, encerrando seu discurso. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que iniciou comentando as indicações que apresentou, a primeira, sugerindo a operação ‘tapa-buracos’ na Rodovia Nagib Chaib, próximo ao Posto de Gasolina, e a segunda, a troca de placa de identificação na Rua Vicente Pereira Lima, no Parque Real. Também comentou seus requerimentos, lembrando que estava solicitando audiência pública, no dia 26/09/2013, para discussão do tema “A importância do incentivo fiscal para projetos culturais”, convidando a todos, e que reiterava pedido exposto na Indicação nº 300/2013 e no Requerimento nº 251/2013, para envio de projeto de lei, objetivando doação de área às entidades Alma Mater e Grupo Alerta, algo pelo qual vinha lutando desde 2012. “O projeto de doação de área para o Grupo Alerta foi feito ano passado, votado, aprovado e foi retirado em virtude do período eleitoral; na legislatura



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

passada, solicitei ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, que não nos atendeu, depois solicitei ao Prefeito Gustavo Stupp e, agora, estou reiterando este pedido, conforme lembrou a Vereadora Márcia Róttoli Masotti”, aclarou o Edil. O Vereador Luís Roberto Tavares, propôs ainda, Moção, com votos de protesto para com a orientação expressa no documento da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014, Eixo VII, nº 488, VII, que determina seja evitado o congelamento das matrículas dos alunos da educação especial, para que, em 2018, as parcerias com escolas especializadas, como as APAEs, sejam extintas. Explicou que não era contra a inclusão social, nem que os alunos das APAEs estudassem em escolas normais, mas sim, contra o fechamento das APAEs, e afirmou que várias APAES estavam se manifestando contrariamente à determinação da CONAE, para que tal coisa não ocorresse no Brasil. “Abraçamos esta causa”, expôs. Por fim, comentou outro de seus requerimentos, através do qual solicitou informações sobre a demora na entrega de medicamentos de alto custo aos portadores de Hepatites. “Não sei o porquê da demora na entrega de medicamentos, principalmente, os voltados às Hepatites, quando sabemos que as pessoas precisam, e todos os dias explicamos o problema à população, mas o Departamento Jurídico da Prefeitura tem que nos informar, por escrito, quais as razões da demora, para que possamos passar a informação à população, que a nós recorre”, declarou, concluindo seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Antonio Guarnieri. Este, inicialmente, ratificou as palavras da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, afirmando que a situação no Educandário Nossa Senhora do Carmo era mesmo complicada, mas que era necessário se chegar a um denominador comum; que a entidade não poderia ser prejudicada; que acreditava teriam que recorrer à Prefeitura e ao Sr. Wilson Bonetti, procurador do jogador Rivaldo, para a união de forças, visando o atendimento às carências da entidade; que o tempo estava passando; que a locação do atual imóvel, que abrigava o Educandário, um dia iria terminar; que



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

a situação era insustentável; que o Padre Nelson, sob o olhar do Bispo Diocesano, não desejava mais manter a entidade; que o Bispo Diocesano, com esta atitude, estava entregando à sociedade e ao Poder Público a questão, que deveria ter uma solução amigável, e que, tudo isso estava acontecendo, talvez para que todos, juntos, chegassem a uma solução amigável e definitiva, não mais paliativa, para abrigo do Educandário. Em relação ao anúncio do projeto Escola na Câmara e à entrega do livreto “O Poder Legislativo”, explicativo das funções do Vereador e da Edilidade Mogimiriana, o Vereador teceu críticas. “O livreto tem pontos positivos, está muito bem feito, com partes sobre a história da Câmara, sobre a participação popular em Tribuna Livre, mas, se o Presidente me permite uma crítica, acredito que, como o livreto aborda o Poder Legislativo, como um todo, que poderia trazer, além do Presidente, menção aos membros da atual Mesa Diretiva, bem como comentários sobre a função da Direção Geral da Casa e suas responsabilidades, mas o ponto crucial, a meu ver, foi a falta de menção aos demais dezesseis Vereadores, que, afinal, compõem a Legislatura, que é o atual Poder Legislativo de Mogi Mirim”, salientou o Vereador. “Se não se generalizou, haja vista a citação apenas do nome do Presidente, logo, acredito que seria correto mencionar também a Legislatura, o ano correspondente e os Vereadores que compõem esta Casa, então, faltou pensar mais a abordagem como um todo, para que a população tenha ciência clara e exata do funcionamento da Câmara e a participação de todos os Vereadores, caso contrário, a meu ver, passa a ser um pouco de propaganda, com o esquecimento dos demais componentes, numa forma desigual, porque não mencionou a Mesa, a Direção Geral, que é efetiva e não eletiva, e o nome dos dezessete Vereadores da Legislatura”, ratificou o Vereador do PT, concluindo sua participação. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que explicou o requerimento que havia apresentando, solicitando cópia de vários empenhos da Prefeitura Municipal, especificamente para pagamento de publicações, na imprensa, de atos do Poder Executivo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“Tantos pedem a questão da transparência e citam a Lei de Responsabilidade Fiscal e vemos, em algumas publicações de outros municípios, incluso o valor daquela publicação, ou seja, quanto custou a divulgação, para que a população saiba e tenha conhecimento, portanto, é o que eu peço seja feito aqui também”, declarou. Sobre outro assunto, a Vereadora solicitou aos nobres Pares atenção para o assunto da mudança do regime trabalhista dos funcionários públicos municipais, matéria que ainda não fora apresentada à Câmara, mas que se esperava, viria, brevemente, motivo de grande preocupação entre os servidores municipais. “Até agora, nada de concreto chegou à Câmara, mas eu gostaria de solicitar a todos que tomassem conhecimento da proposta de mudança, para um novo regime trabalhista; peço que discutam com o funcionalismo e que escutem o que os funcionários têm a dizer, solicitem ao Prefeito para que ouça o funcionalismo, para que ele cumpra essa promessa, porque a responsabilidade é muito grande, e se for implantado o novo regime estatutário, os aposentados ficarão em situação crítica e ainda, se estamos preocupados com a segurança e o futuro, o Fundo de Garantia - FGTS tem que ser muito bem discutido, porque é investimento para o futuro, o qual os estatutários não dispõem”, explicou. “É assunto que vai mexer com muitas vidas, precisamos ter responsabilidade em estudar profundamente a questão, com seriedade, e deixo, então, este meu pedido a todos os nobres Vereadores”, frisou. Por fim, comunicou que havia solicitado à sua assessoria que entregasse aos Vereadores, cópia da decisão do Agravo Jurídico, interposto pelo PSB, no Tribunal de Justiça de São Paulo, sobre a ação referente ao novo organograma da Prefeitura Municipal, a qual proibia a nomeação de novos Secretários, ou chefias. “O Vereador está aqui para fiscalizar”, pontuou, concluindo. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Jorge Setoguchi, que comentou sua indicação, sugerindo providências para mais efetivo médico no Pronto Socorro da Família – PSF “Córrego Azul”, na zona rural, observando que há mais de mês faltavam médicos no local,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que o médico responsável não estava comparecendo ao serviço e que, os munícipes o haviam procurado, razão pela qual apresentara a propositura. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que respondeu a crítica recebida. Falou sobre o livreto O Poder Legislativo, que a intenção da publicação era trazer incentivos à democracia e à cidadania, coisas que deveriam ser dispersas ainda na juventude; que sua cabeça funcionava ‘a mil’, para ter criatividade, avanço e seguir adiante; que a sua intenção, na Câmara, era fazer o melhor trabalho e, em resposta ao Vereador Luís Guarnieri, afirmou que sua intenção nunca havia sido a da promoção pessoal; que não tinha tido intenção de suprimir nomes, haja vista que tinha mencionado os demais participantes na elaboração do livreto e que, uma grande virtude do ser humano era a de reconhecer suas falhas, portanto, ele, Presidente da Câmara, reconhecia que havia falhado, porque deveria ter mencionado o nome dos dezessete Vereadores. “Não desejei fazer política com o livreto, não tive tal intenção; eu fui eleito para esta Câmara e nem campanha precisei fazer, já que o meu trabalho é justo, honesto e porque não tenho necessidade de autopromoção, pois meu objetivo é elevar esta Casa de Leis, e, para provar que não foi realmente esta a minha intenção, vou determinar à gráfica que faça um adendo, sem custo, acrescentando o nome de todos os Vereadores, e, caso a gráfica cobre adicional, eu digo que pagarei do meu próprio bolso”, enfatizou o Vereador Benedito José do Couto, encerrando o seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. O Vereador comentou a indicação que apresentou, através da qual sugeriu a instalação de um tipo de redutor de velocidade, ou lombada eletrônica, ou radar, na Rua Aquiles Albano, no Bairro Santa Cruz. Aclarou que os Vereadores Laércio Pires e João Antonio P. Gonçalves, no passado, haviam feito



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

indicação de mesmo teor; que apresentava a sugestão também ele, como reforço, porque nada ainda havia sido feito; que os motoristas desenvolviam velocidade estrondosa, justamente, no trecho dos fundos da escola Francisco Piccolomini, que o risco era muito grande e que, aguardava urgentes providências. Por fim, comentou a operação ‘tapa-buracos’ executada ao final da Rua João Mantovani, Bairro Santa Cruz, que fora feita, contudo sem solução real do problema, pois os buracos haviam retornado na rua, acrescentando que a operação só era proveitosa em vias que apresentavam poucos buracos, mas não em ruas como a João Mantovani, que apresentava problemas em todo o seu leito carroçável. “Deixo minha sugestão para um estudo, visando o recapeamento total de algumas ruas da cidade”, completou, finalizando. Na sequência, novamente na condução dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, facultou o uso da palavra ao Vereador Cinoê Duzo. Este comentou resposta recebida, informando sobre a minuta de projeto de lei, que ele havia apresentado ao Chefe do Executivo, propondo a instituição da Ronda Bike. “Haja vista que, desde a minha primeira legislatura, fiz o pedido de valorização e reconhecimento dos Guardas Municipais, Bombeiros e Vigias, tal resposta me deixou feliz, porque nos informa que a Guarda Municipal está em fase de estudos para implantação do Ronda Bike, que será outro instrumento no combate ao crime, na cidade, certamente mais um auxílio para a GM, que já realiza um brilhante trabalho”, relatou o Vereador. O Vereador afirmou que a segurança era o principal clamor da população, mas que, para uma segurança efetiva, necessário era uma corporação devidamente equipada e aperfeiçoada, bem como a valorização salarial, que estava demorando demais para acontecer, porque enquanto poucos estavam ganhando muito, muitos estavam ganhando pouco, caso do pessoal da Guarda Municipal. Registrou, por fim, que o Ronda Bike já acontecia em outras cidades e era um sucesso, como apoio ao efetivo, bem como frisou que a GM merecia todo o respeito e valorização. A próxima oradora a fazer uso da palavra foi a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que focou seu discurso em críticas para com o livreto ‘O Poder Legislativo’. Afirmou que o livreto devia ser suspenso; que o Poder Legislativo, pelo opúsculo em tela, resumia-se em “Dito da Farmácia”; que a Vereadora Márcia Róttoli Masotti havia acabado de comentar o programa voltado às crianças, intitulado ‘Cidadão Consciente’, ideia de sua iniciativa; que o ‘Escola na Câmara’ nada mais era do que o mesmo programa; que o dinheiro público vinha de um único cofre, o da Administração Municipal; que o livreto não citava sequer um único Vereador; que isto era, no mínimo, deselegante; que o Poder Legislativo era constituído por dezessete Vereadores e não apenas pelo Presidente da Câmara; que havia inquirido os membros da Mesa, Vereadores Luís Roberto Tavares e Dayane Amaro Costa, a respeito da publicação, e que eles de nada sabiam; que toda a distribuição do livreto devia ser suspensa, que aguardaria a chegada das Contas da Câmara, para análise dos custos da publicação e que, noventa e um por cento da população reprovavam o trabalho dos Vereadores de Mogi Mirim. “O que significa isso, esta foto, só do Presidente? Onde estão os demais Vereadores?”, inquiriu a Edil do PSDB. Prosseguiu, dizendo que, na verdade, ninguém desejava debater os reais problemas da cidade, bem como as dificuldades da população, tais como a educação; o Consórcio Intermunicipal de Saúde; a falta de médicos no Pronto Socorro da Família, na zona rural, a intervenção da Santa Casa e seus quinze milhões de reais em déficit, mas que, a Câmara perdia seu tempo com publicações e homenagens. “A cidade do jeito como está e nós estamos discutindo um livreto! O que significa isso? O Presidente vai pagar isso tudo e não vai entregar a publicação deste jeito. Coitada desta Câmara”, concluiu a sua fala, a Vereadora do PSDB. A seguir, fez uso da palavra, como Líder, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que respondeu à fala da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, em relação à mudança de regime trabalhista dos funcionários municipais, comentando que havia conversado com o Prefeito Municipal, Gustavo Stupp, e que tinha dele a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

garantia de que ele jamais encaminharia, para a Câmara, um projeto de tamanha importância, sem antes consultar todo o funcionalismo público, e que, ele, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, ao contrário do que já escutara falar, não tinha ainda definido sua posição. Disse também que, depois de consultas, detinha a informação de que era possível a Prefeitura ter os dois tipos de regimes jurídicos, Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e Regime Estatutário, e que, antes da implantação de qualquer regime, uma consulta direta ao funcionalismo deveria ser feita, bem como também, deveria ser feita consulta sobre a preferência para vale-alimentação, ou para cesta básica. “O Prefeito deverá consultar o funcionalismo, porque é o funcionalismo quem tem que decidir, se ele quer a CLT, ou se quer o Regime Estatutário, mas tem que ser decidido pelo próprio funcionário, assim como é o caso da decisão pelo vale-alimentação, ou pela cesta básica”, endossou. Quanto ao livreto O Poder Legislativo, o Vereador replicou as críticas feitas pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, afirmando que não sabia o porquê de seu nervosismo e sugerindo, inclusive, que ela tomasse um calmante. “Eu acho que a Vereadora Maria Helena deveria tomar calmantes, pois está muito nervosa, sem razão, e eu creio que ela tem todo o direito de reclamar, mas querem prova maior do que a humildade do Presidente, que veio à tribuna, na maior simplicidade, sem arrogância, reconhecer o seu erro e dizer que pagaria do próprio bolso?”, perguntou o Vereador do PMDB. Disse que a Vereadora havia ironizado, atacado e colocado a Santa Casa de Misericórdia no meio do assunto; que todos os Vereadores sabiam do problema da Santa Casa e que o livreto nada tinha a ver com a Santa Casa; que quando de sua Presidência, à frente do Poder Legislativo, também ela havia tomado decisões próprias, sem consulta à Mesa e, em derradeiro, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, sugeriu-lhe que convocasse uma reunião, na Sala da Presidência, para tratar do assunto em tela. “Presidente, sugiro que faça a reunião no intervalo, ou até antes do término desta sessão, para que não venham dizer que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o senhor foi autoritário”, concluiu. Na sequência, solicitou uso da palavra, como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Leonardo David Zaniboni, passando a mesma à sua liderada, Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que retornou ao assunto do Educandário Nossa Senhora do Carmo. Lembrou, novamente, a máxima, “deixai vir a mim as criancinhas”, afirmando que não era isso o que estava ocorrendo na cidade, infelizmente, e que, não desejava criar polêmica, mas apenas expor os fatos. Relatou que o Educandário havia sido criado há cinquenta e sete anos, com a intenção de abrigar crianças com problemas de vulnerabilidade social, progredindo, neste trabalho, até os dias atuais, inclusive, expandindo o atendimento. Lembrou que o Educandário havia recebido o nome de Nossa Senhora do Carmo, porque era entidade totalmente administrada pela Ordem Terceira do Carmo – Carmelitas, movimento católico, que cuidava das crianças, inclusive, com a divulgação da fé e religião católica, portanto, na opinião da Edil, a entidade não poderia ser comparada às demais entidades da cidade, justamente por tais razões, ou seja, porque era uma entidade pertencente à Igreja Católica e não se podia distorcer toda a história. “O que há, de fato e real, é que o Educandário é da Igreja Católica, dirigido pela Ordem Terceira do Carmo”, frisou. Colocou que a Igreja Católica não tinha mais interesse em continuar mantendo o Educandário, por razões que desconhecia, e afirmou que o dinheiro utilizado na reforma do telhado da cozinha da entidade havia sido arrecadado pelas Carmelitas, sem que a Igreja tivesse colocado um único tostão, assim como houvera sido com a reforma da quadra e o estacionamento. “A Igreja já avisou que o dinheiro não irá mais para o Educandário, mas para a Igreja”, destacou. “Os fatos são que sabemos que a Prefeitura tem que estar junto, sabemos que o Rivaldo está ajudando, mas como benemérito, como caridade, porque já está cumprindo sua parte de recuperação do templo, e os dirigentes do próprio Educandário já me colocaram que têm consciência de que ele está fazendo além do necessário, porque ele não tem obrigação alguma, logo, então, pergunto:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

qual a obrigação da Igreja Católica com esta entidade?”, inquiriu a Vereadora do PR. “Ela quer fechar as portas do Educandário?”, perguntou. Relatou que os dirigentes do Educandário desejavam construir aos fundos do terreno, para não atrapalhar o templo, a Igreja e o seu projeto de Museu de Arte Sacra, com uma entrada totalmente independente, continuando com o trabalho de atendimento às crianças, mas que a Igreja Católica não havia concordado e, além disso, que concedera apenas mais um ano de prazo para injeção de dinheiro. “Queria saber qual o compromisso da Igreja Católica com o Educandário Nossa Senhora do Carmo, se tem alguma responsabilidade, ou nenhuma, sobre o dano moral, já que não houve ação, o juiz não julgou e o dinheiro não veio”, aclarou. Por fim, disse que haveria nova reunião com o Bispo Diocesano e que, aguardaria este encontro, para saber qual era a contribuição da Igreja Católica para com a obra do Educandário Nossa Senhora do Carmo. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Laércio Rocha Pires, que também desejou replicar as palavras da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, a respeito do livreto “O Poder Legislativo”. Inicialmente, parabenizou a ideia do Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, de lançamento do opúsculo, e afirmou que tudo fora executado dentro da lei, por pessoas inteligentes e competentes, parabenizando também todos os envolvidos no projeto. Declarou que todos os presidentes anteriores haviam tido desejo de realizar algo assim, mas que lhes faltara força de vontade; que era contrário à posição do Presidente de pagar os custos adicionais ao livreto de seu próprio bolso; que o Presidente não era criança, mas sim pessoa competente, e, acerca dos noventa e um por cento da população contrários ao trabalho dos Vereadores, afirmou que a desaprovação era geral em todo o Brasil, que a população conhecia o trabalho de cada Vereador e que, ele se defendia, trabalhando sério e fazendo jus ao seu salário. “Cada um tem que fazer a sua parte”, declarou, encerrando. Na sequência, fez uso da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

palavra, como Líder, a Vereadora Dayane Amaro Costa, que usou da palavra para se justificar, haja vista ser ela membro da Mesa Diretiva da Casa. Aclarou que tinha conhecimento de que, provavelmente, um livro seria composto e impresso; que a ideia inicial havia sido a de levar conhecimento sobre o Poder Legislativo para a população; que admirava e respeitava o trabalho dos envolvidos; que o livro fora muito bem produzido, em sua ideia, textos e temas; que acreditava na índole do Presidente Benedito José do Couto, mas que, já que a intenção havia sido a de relatar o Poder Legislativo como um todo, realmente, em sua opinião, caberia a inserção dos dezessete componentes da atual Legislatura da Câmara de Mogi Mirim, o que não fora feito. “Foi boa intenção, mas acho que caberia colocar o nome dos demais colegas, já que fazemos parte desta Legislatura, e também, por questão de lealdade mesmo”, pontuou a Vereadora do PDT. A Vereadora ainda sugeriu que fossem produzidos exemplares em Braille e encerrou sua participação. Solicitou a palavra, como Líder, artigo 98 do RI, a Vereadora Daniela Dalben Mota, que também falou acerca da publicação “O Poder Legislativo”. Iniciou, declarando que era a favor da informação e divulgação relativas ao Poder Legislativo Municipal, mas, por outro lado, ponderou que a democracia tinha que ter início no próprio Poder Legislativo e que, o processo de desenvolvimento da encadernação não havia sido democrático. Afirmou que não estava questionando a iniciativa, ou qualidade da publicação, mas sim o fato da não participação de todos os Vereadores, os quais deveriam ter tido ciência da publicação, uma vez que a Câmara era formada por dezessete Vereadores. “Quando falamos de democracia, acredito ela deva começar aqui dentro”, frisou. Dirigindo-se ao Vereador Osvaldo Quaglio, que havia solicitado um estudo para recapeamento geral na cidade, a Vereadora disse que os Vereadores eram cobrados, diariamente, nas ruas, para “tapar um buraco aqui, tapar um buraco ali” e que, em razão disso, havia elaborado requerimento, solicitando um cronograma, por parte da Secretaria de Obras e Planejamento, com o rol



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

dos serviços. A Vereadora deu ciência a todos os Edis da resposta a este requerimento, como forma de apoio à fala do Vereador Osvaldo Quaglio. “A Secretaria informa que não é possível fornecer o cronograma solicitado, uma vez que a programação é feita todos os dias pela manhã e a programação tem como base as indicações dos Vereadores e de munícipes, através de processos administrativos e contato telefônico”. Acerca do discurso do Vereador Laércio Pires, que havia dito que tinha votado favoravelmente ao organograma, porque acreditava as pessoas que ocupariam os cargos seriam competentes, a Vereadora salientou que as pessoas tinham que ser competentes, independentemente do salário recebido. Por fim, comentou a respeito da mudança de regime trabalhista dos funcionários públicos municipais, destacando que tinha sua opinião formada, que também era funcionária pública e que, não caberia aos Vereadores à decisão, mas à classe, depois de ouvida, e os Vereadores acatariam a decisão por ela formulada. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que fez uso da palavra, como Líder. Este se reportou às palavras do Vereador Laércio Rocha Pires, ponderando que este, era o seu primeiro mandato; que não fazia ideia do quão difícil seria a vereança; que ingressara cheio de idealismo, mas que, com o passar dos dias, tinha tomado conhecimento de que o Vereador era muito restrito em suas ações, que o máximo possível era indicar e requerer, através das proposituras, e que, existiam muitos comentários chulos de que o Vereador nada fazia, de que a atual Legislatura era uma das piores possíveis, de que Vereador teria que trabalhar graciosamente. Disse que além de Vereador, era empresário, com constantes reuniões aqui e acolá, que a função do Vereador era trabalhar em prol do município e que, ficar olhando os comentários do Facebook, só deixaria o Vereador com raiva. “Na verdade, eu vou continuar fazendo meu trabalho, meus projetos e requerimentos, vou debater e discutir os temas da saúde, porque já vi muitos problemas e sabemos também que o Consórcio ‘08 de Abril’ está com valores faraônicos, porque compreendo que é isso,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

juntamente com a educação, que atendem, de fato, aos anseios da população”, declarou, encerrando. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h10, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no §1º, inciso I do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 107, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 20.000,00”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 107/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **“ex-vi” do disposto no §1º, inciso III, “d” do Artigo 171 do Regimento Interno: 2. Projeto de Lei nº 90, de 2013**, de autoria do Vereador Jorge Setoguchi, “dando denominação à MMR-016, localizada no Bairro Morro Vermelho, de MMR KAZUME SETOGUCHI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 90/2013, do Vereador Jorge Setoguchi); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **3. Projeto de Lei nº 91, de 2013**, de autoria da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, “dando denominação à MMR – 116, situada na zona rural do Município, de MMR ATTILIO MANTOVANI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 91/2013, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **4. Projeto de Lei nº 92, de 2013**, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “dando denominação à MMR



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

– 258, localizada no Bairro do Sobradinho, de MMR MARCELO HENRIQUE DE OLIVEIRA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 92/2013, do Vereador Laércio Pires); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 5. Projeto de Lei Complementar nº 06, de 2013**, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “alterando a redação da Lei Complementar nº 214/2002, que institui normas para denominação de locais públicos, em consonância com a LOMM e o Regimento Interno”; (colocado a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei Complementar nº 06/2013, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **“ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 6. Projeto de Lei nº 93, de 2013**, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 210.000,00”; (submetido a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 93/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 7. Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2013**, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre alteração de dispositivo da Lei Complementar nº 207/06, que estabeleceu o Estatuto do Magistério Público do Município de Mogi Mirim”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 574/2013, de autoria do Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o *Adiamento*, por dez (10) dias da discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 07/2013, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Casa aprovou , por unanimidade, o Requerimento de Adiamento nº 574/2013); (aguardem-se dez (10) dias e insira-se o Projeto de Lei Complementar nº 07/2013 na “Ordem do Dia” da próxima Sessão); **“ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 8. Projeto de Lei nº 95, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “instituinte, no Município de Mogi Mirim, o programa de controle de emissão de fumaça preta oriunda de veículos automotores a óleo diesel”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 95/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores João Antonio Pires Gonçalves, Daniel Gasparini dos Santos e Waldemar Marcurio Filho, desistiram da palavra, fez uso da mesma, na sequência, a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, para responder sobre a possível alteração de regime trabalhista dos funcionários da Prefeitura de Mogi Mirim. Lembrou já ter dito que o regime jurídico a ser implantado, seria aquele que fosse escolhido pela maioria do funcionalismo, ou CLT, ou Estatuto, e que, ela, Vereadora, votaria no regime escolhido pela maioria dos funcionários, depois de todos consultados. Disse que o Prefeito havia estabelecido o compromisso de consulta ao funcionalismo e que, os funcionários com menos de cinco anos, para concretização da aposentadoria, seriam impedidos de migrar para um futuro outro regime escolhido. “Funcionários celetistas, com longo tempo de casa e com poucos anos à aposentadoria, não poderão aderir ao Regime Estatutário, se implantado; os aposentados, que continuam trabalhando como celetistas, não poderão fazer a opção pelo Estatuto e terão que permanecer no regime que ocupam até o fim”, explicou. “Não



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

entendo o porquê do medo entre funcionários” frisou. A respeito da questão de um suposto Regime Misto – CLT mais Estatuto – a Vereadora colocou desconhecer se era esta a intenção, ou rumo da administração, mas que, legalmente, isso era possível. “Não sei se, na prática, vai ser assim, mas o que sei é que a maioria do funcionalismo é quem vai decidir e eu votarei aqui, com a maioria do funcionalismo, independentemente, da preferência da administração municipal”, pontuou, concluindo, a Vereadora do PR. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, reportando-se à fala do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, sobre o asfalto na cidade. “Apenas para dizer ao Vereador Osvaldo Quaglio, que parece que o Prefeito vai fazer uma mágica, porque certa empresa ganhou o pregão e me parece vai recapear toda a cidade por, aproximadamente, trezentos mil reais, logo, ou o Prefeito vai executar uma mágica, ou o asfalto será de péssima qualidade”, colocou. Salientou que os Vereadores tinham que fiscalizar, para constatar se o asfalto não era de má qualidade, porque, caso contrário, ainda sobrariam críticas para os Vereadores e que, a Rua Aquiles Albano, no Bairro Santa Cruz, citada pelo Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, para pedido de instalação de redutor de velocidade, já havia sido objeto de solicitações anteriores, mas que o antigo Diretor de Trânsito, Victor Coppi, apesar das constantes reclamações, havia executado apenas a pintura da sinalização de solo. “O motorista não respeita a sinalização e nós não podemos ficar esperando algo ruim ocorrer, alguém morrer, para somente depois tomarmos uma providência”, afirmou. Depois, comentou sobre o Parque da Imprensa, bairro periférico e de muitas necessidades, local de residência do Vereador Laércio Pires e também visitado pelos “Vereadores que moram em bairros bons”. “Tem Vereador que visita o bairro onde resido e fica me detonando, porque a melhoria, a benfeitoria, demora para chegar e o Vereador do bairro bom se aproveita disso, para criticar o Vereador do bairro periférico”, desabafou. Afirmou que só lhe faltava procurar o Papa, dando como exemplo de falta de atendimento



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

de solicitações, sua busca pelo recapeamento das travessas da Rua Alcindo Barbosa, algo que já estava pedindo há dois meses, sem, contudo, ter sido atendido. “Daí, de repente, chega o Vereador do bairro bom, bem no momento da execução do serviço, que demorou meses para chegar, na coincidência, e se diz o ‘pai da criança’ para o povo do bairro e você, Vereador residente no bairro, é prejudicado, leva pecha de pessoa que não faz nada, de vagabundo, e é esta a razão da nossa preocupação, o porquê pedimos uma reunião com o Prefeito, ou seja, a preferência que é dada a alguns Vereadores, portanto, eu digo: ou se faz um esquema, cronograma, para todos, ou para nenhum”, declarou. “A gente bate na porta do Gabinete do Prefeito, eles não abrem a porta e ainda dão chutes na gente; eu tenho o telefone do deputado, eu tenho o telefone do senador, mas eu não tenho o telefone do Prefeito da minha cidade”, exclamou, em derradeiro, o Vereador Laércio Rocha Pires. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que também versou sobre o assunto da mudança do regime jurídico do funcionalismo municipal, afirmando que pensava da mesma forma que a Vereadora Márcia Róttoli Masotti e que, votaria naquilo que fosse o desejo da maioria do funcionalismo. A seguir, comentou acerca do Parque das Laranjeiras, explicando, primeiramente, que haveria um curso, na região, sobre a regularização de loteamentos, o qual ele desejava fosse cursado por todos os Edis, através da Câmara Municipal, devido à importância do assunto. Também, que havia recebido a informação de que setenta por cento dos lotes, sem edificações, do Parque das Laranjeiras, pertenciam a proprietários que não residiam em Mogi Mirim, o que dificultava o processo de regularização, porque também esses deveriam ser notificados, a fim de comporem as melhorias. “Nós, Vereadores, vamos ter que pensar e discutir a fundo, para viabilizarmos as melhorias, porque, segundo fui informado, pelo menos um desses proprietários, sozinho, detém mil lotes, e nós não podemos favorecer a pessoa que é ‘o laranja’ do Cláudio Rafacho na história”, aclarou. Para



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

finalizar, explicou que a sua intenção era a de ir até a Secretaria Estadual de Habitação, para acerto de uma audiência pública na Câmara de Mogi Mirim, sobre a regularização dos dezessete loteamentos irregulares existentes na cidade. Como o próximo orador inscrito, Vereador Luís Antonio Guarnieri, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre Edil Jorge Setoguchi, que também proferiu sua opinião a respeito da mudança do regime trabalhista dos funcionários públicos municipais. “Fui procurado por funcionários, preocupados que estavam com a mudança do regime, e eu sei que, em algumas cidades, os estatutários tiveram problemas com o Fundo de Pensão, então, muitos acham melhor que existam as duas opções – CLT e Estatutário – mas isto, só seria definido para os futuros funcionários, aqueles que ainda vão ingressar no serviço público”, explicou. “Os funcionários estão preocupados e eu penso que seria bom ter os dois regimes, e também, deixar que o funcionário escolha o que quer”, finalizou. Discursou, na sequência, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, retornando ao assunto da alteração do regime dos funcionários públicos municipais. Esta lembrou aos Pares, mais uma vez, que todos os funcionários deveriam ser ouvidos, consultados, mas que, para poderem bem escolher, deveriam, antes, ser esclarecidos sobre as vantagens e desvantagens de ambos os regimes, a fim de que, no futuro, não expusessem suas famílias a dificuldades. Finalizando, sugeriu que o próprio sindicato da categoria promovesse um movimento, visando transmitir essas noções aos servidores, bem como frisou que os Vereadores deveriam tentar estudar o projeto, que estava em andamento, e que se referia a um único regime jurídico. Como o próximo orador, Vereador Osvaldo Quaglio, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Cinoê Duzo, que usou da palavra para tecer elogios à Mesa da Câmara, pela abertura da licitação para transmissão dos trabalhos das sessões do Legislativo Mogimiriano, porque “toda forma de expressão era bem-vinda”, lembrando ainda que, não só ele, mas vários outros Vereadores haviam feito tal pedido, desde o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

ano retrasado. Em relação à mudança do regime jurídico, o Vereador disse que “em time que está ganhando não se mexe”, afirmando que até o presente momento, não tinha encontrado um único funcionário que fosse favorável à mudança do regime, mas pelo contrário, ouvia um descontentamento geral em relação a tal ideia. “Se em time que está ganhando não se mexe, por que o Prefeito deseja nos colocar em ‘saia justa’, de novo, já que seremos nós a decidir a vida de mais de duas mil pessoas?”, perguntou. “Eu quero que a administração dê certo e se ela não fizer alterações no regime, ela evitará o desgaste para si, para o próprio Governo Municipal, e também, para esta Casa de Leis e todos sairão felizes”, completou. Reafirmando a necessidade da consulta a todos dos servidores, a necessidade de uma reunião com o sindicato da categoria e ratificando que não havia escutado uma única opinião favorável à alteração de regime, o Vereador Cinoê Duzo, encerrou seu discurso. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h55, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM